



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



MURILO GESSER ISAAC

**USO DE EQUIPAMENTOS NÃO LETAIS NO POLICIAMENTO OSTENSIVO: uma
análise da preparação de alunos em formação na academia**

GOIÂNIA-GO

2025

MURILO GESSER ISAAC

**USO DE EQUIPAMENTOS NÃO LETAIS NO POLICIAMENTO OSTENSIVO: uma
análise da preparação de alunos em formação na academia**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Ivan Lucio da Silva.

GOIÂNIA-GO

2025

USO DE EQUIPAMENTOS NÃO LETAIS NO POLICIAMENTO OSTENSIVO: uma análise da preparação de alunos em formação na academia

USE OF NON-LETHAL EQUIPMENT IN OVERTIME POLICING: an analysis of the preparation of students in training at the academy

Murilo Gesser Isaac¹

Ivan Lucio da Silva²

Resumo

O policiamento ostensivo constitui a atividade principal da Polícia Militar, demandando técnicas e equipamentos que preservem a segurança pública com redução da força letal. Equipamentos não letais, tais como tasers, sprays de pimenta e granadas de efeito moral, representam alternativas para intervenções proporcionais em conflitos, conforme normativas institucionais e princípios de direitos humanos. O estudo analisa o preparo dos alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás para o emprego desses instrumentos em ações operacionais. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com análise documental de materiais didáticos e normativas, além de questionários aplicados a 53 alunos do Curso de Formação de Praças. Os resultados indicam que 66% dos respondentes possuem menos de seis meses de formação, 70% participaram de operações práticas, com ênfase no spray de pimenta (38%), e avaliações positivas para instruções teóricas (73% boa ou muito boa) e práticas simuladas (71% boa ou muito boa), embora 42% identifiquem falta de prática simulada como principal dificuldade. A análise revela forças na base teórica e fragilidades na aplicação prática, com necessidade de aprimoramento em simulações e normativas para alinhar a capacitação às demandas de proporcionalidade e eficiência no policiamento.

Palavras-chave: equipamentos não letais; policiamento ostensivo; formação policial; proporcionalidade; direitos humanos.

Abstract

Overt policing constitutes the main activity of the Military Police, requiring techniques and equipment that preserve public safety with reduced lethal force. Non-lethal equipment, such as tasers, pepper sprays and stun grenades, represent alternatives for proportional interventions in conflicts, in accordance with institutional regulations and human rights principles. The study analyzes the preparation of students in training at the Goiás Military Police Academy for the use of these instruments in operational actions. The research adopts a qualitative approach, with documentary analysis of teaching materials and regulations, in addition to questionnaires applied to 53 students from the Praças Training Course. The results indicate that 66% of respondents have less than six months of training, 70% participated in practical operations, with emphasis on pepper spray (38%), and positive evaluations for theoretical instructions (73% good or very good) and simulated practices (71% good or very good), although 42% identify lack of simulated practice as the main difficulty. The analysis reveals strengths in the theoretical base and weaknesses in practical application, with need for improvement in simulations and regulations to align training with proportionality and efficiency requirements in policing.

Keywords: non-lethal equipment; overt policing; police training; proportionality; human rights.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 1ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Email: murilogesser@gmail.com. Telefone: 64 999011979.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Licenciatura Plena em Filosofia e Especialista em Segurança Pública Email: ivandefilosofia@yahoo.com.br. Telefone: 62 981977573

1 INTRODUÇÃO

O policiamento ostensivo, como atividade central da Polícia Militar, exige o uso de técnicas e equipamentos que garantam a segurança pública com o menor uso de força letal possível. Nesse contexto, os equipamentos não letais, como tasers, sprays de pimenta e granadas de efeito moral, têm ganhado relevância por permitir intervenções proporcionais em situações de conflito, conforme discutido por Neto et al. (2023). No Brasil, a adoção dessas tecnologias busca alinhar a atuação policial aos princípios de direitos humanos, reduzindo riscos à integridade de cidadãos e policiais. Contudo, a eficácia desses instrumentos depende diretamente da formação adequada dos agentes, especialmente durante o período de treinamento na academia policial.

A preparação para o uso de equipamentos não letais na Polícia Militar de Goiás segue normativas institucionais, mas carece de avaliações sistemáticas sobre sua efetividade na formação inicial. Estudos como o de Barros, Oliveira e Souza (2023) destacam que a capacitação insuficiente pode limitar a aplicação correta dessas ferramentas, comprometendo a segurança das operações. Este estudo foca na análise do preparo dos alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás, buscando compreender como o treinamento influencia a capacidade de empregar equipamentos não letais de forma ética e eficiente no policiamento ostensivo.

A relevância deste estudo reside na necessidade de assegurar que os futuros policiais militares estejam aptos a utilizar equipamentos não letais de maneira segura e alinhada às demandas operacionais e aos direitos humanos. A formação inadequada pode resultar em usos indevidos, como apontado por Weinfartner e De Meira (2022), que discutem os riscos de abuso de autoridade na aplicação dessas tecnologias. Ao avaliar o preparo dos alunos, a pesquisa pretende identificar possíveis lacunas no processo formativo, contribuindo para o aprimoramento da capacitação na Polícia Militar de Goiás e para a redução de incidentes durante operações de policiamento.

O estudo pode oferecer subsídios para o desenvolvimento de protocolos de treinamento mais robustos, promovendo a integração de boas práticas observadas em outras corporações, conforme sugerido por Tschumi e Zanato (2025). Os resultados poderão orientar a formulação de políticas institucionais que fortaleçam a preparação dos policiais, impactando positivamente a eficiência do policiamento ostensivo e a confiança da sociedade na atuação da Polícia Militar.

O problema de pesquisa é formulado da seguinte maneira: qual é o nível de preparo dos alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás para o uso de equipamentos não

letais em ações de policiamento ostensivo, considerando as exigências operacionais e os princípios de proporcionalidade e direitos humanos? A questão reflete a necessidade de avaliar se o treinamento capacita os futuros policiais a utilizar essas tecnologias de maneira ética e eficiente, evitando incidentes que comprometam a segurança pública ou a legitimidade institucional.

O objetivo geral da pesquisa é avaliar o nível de preparo dos alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás para o uso de equipamentos não letais em ações de policiamento ostensivo. A pesquisa busca mapear os conteúdos e métodos de ensino aplicados no treinamento para o uso de equipamentos não letais na Academia de Polícia Militar de Goiás, analisar a percepção dos alunos sobre a adequação do treinamento recebido para enfrentar situações reais de policiamento, comparar as práticas de formação da PMGO com diretrizes de outras corporações policiais com base em literatura especializada e identificar possíveis lacunas no processo formativo que comprometam a aplicação segura e eficaz dessas tecnologias.

A pesquisa será conduzida com abordagem qualitativa, utilizando análise documental e questionários aplicados a alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás. Serão examinados materiais didáticos, planos de aula e normativas institucionais relacionados ao treinamento em equipamentos não letais. Os questionários buscarão captar as percepções dos alunos sobre a qualidade e aplicabilidade do treinamento e a análise dos dados será realizada para identificar pontos fortes e fragilidades no processo formativo.

2 REVISÃO TEÓRICA

O uso de equipamentos não letais no policiamento ostensivo representa uma evolução nas práticas policiais, buscando equilibrar a manutenção da ordem pública com a preservação dos direitos humanos. O primeiro subtítulo explora os conceitos e aplicações dos equipamentos não letais, destacando suas vantagens e riscos. O segundo subtítulo examina a formação policial, analisando como o treinamento prepara os agentes para o uso seguro e eficaz dessas ferramentas, com ênfase nas práticas da PMGO e comparações com outras corporações.

2.1 EQUIPAMENTOS NÃO LETAIS NO POLICIAMENTO OSTENSIVO

Equipamentos não letais, como tasers, sprays de pimenta e granadas de efeito moral, são tecnologias desenvolvidas para permitir intervenções policiais com menor risco de danos graves, promovendo o uso proporcional da força. Neto et al. (2023) definem esses instrumentos

como ferramentas que incapacitam temporariamente sem causar lesões permanentes, alinhando-se aos princípios de direitos humanos.

No contexto brasileiro, a adoção dessas tecnologias responde à necessidade de adaptar o policiamento ostensivo a cenários urbanos complexos, onde conflitos demandam respostas que minimizem a escalada da violência. Santos e Correia (2022) observam que, na Polícia Militar do Amazonas, o uso de equipamentos não letais tem reduzido a dependência de armas de fogo, contribuindo para a segurança de operações em áreas de alta densidade populacional.

A aplicação de equipamentos não letais abrange diversas situações operacionais, desde o controle de multidões até abordagens individuais. Barros, Oliveira e Souza (2023) analisam a utilização dessas ferramentas no Batalhão de Choque do Rio Grande do Norte, destacando que tasers e sprays de pimenta são eficazes em situações de resistência ativa, permitindo neutralizar ameaças sem recorrer à força letal.

Junior, De Souza e Riani (2008) complementam que a eficiência desses equipamentos depende de sua integração a protocolos claros, que orientem o uso progressivo da força. Na PMGO, Silva e Sandes (2023) discutem a importância de diretrizes que assegurem a seletividade na aplicação da força, evitando intervenções desproporcionais em conflitos urbanos.

Os benefícios dos equipamentos não letais são amplamente reconhecidos na literatura. Bustamante (2022) argumenta que essas tecnologias fortalecem o poder de polícia ao oferecer alternativas ao uso de armas de fogo, reduzindo riscos à integridade física de cidadãos e policiais. Brandão Filho e Jesus (2024) examinam o uso da força em Águas Lindas, Goiás, destacando que equipamentos não letais minimizam a probabilidade de lesões graves em situações de resistência. Contudo, a literatura também aponta riscos associados ao uso indevido.

Weinfartner e De Meira (2022) alertam que a falta de treinamento adequado pode levar ao abuso de autoridade, como a aplicação excessiva de tasers em situações que não justificam seu uso. Esse risco é agravado pela ausência de normativas claras ou pela má interpretação das diretrizes operacionais.

A proporcionalidade é um princípio central na aplicação de equipamentos não letais. Tschumi e Zanato (2025) discutem o uso de técnicas não letais no gerenciamento de crises, enfatizando a necessidade de avaliar o contexto de cada intervenção para garantir a adequação da resposta policial. Na PMGO, normativas institucionais, como as analisadas por Souza e Silva (2024), estabelecem diretrizes para o uso progressivo da força, mas a implementação prática enfrenta desafios, como a variabilidade na interpretação das normas pelos agentes. Santos e Correia (2022) observam que, no Amazonas, a padronização de procedimentos tem sido

essencial para reduzir incidentes, sugerindo que a PMGO poderia se beneficiar de protocolos mais detalhados.

A literatura revela convergências quanto aos benefícios dos equipamentos não letais, como a redução da letalidade e o alinhamento com os direitos humanos, mas também divergências sobre os desafios de sua aplicação. Enquanto autores como Neto et al. (2023) e Bustamante (2022) destacam o potencial transformador dessas tecnologias, Weinfartner e De Meira (2022) e Barros, Oliveira e Souza (2023) apontam a necessidade de capacitação rigorosa para mitigar riscos. A análise das práticas operacionais evidencia a importância de integrar equipamentos não letais a estratégias de treinamento que preparem os policiais para contextos reais, considerando tanto as exigências técnicas quanto os princípios éticos.

2.2 FORMAÇÃO POLICIAL PARA O USO DE EQUIPAMENTOS NÃO LETAIS

A formação policial desempenha um papel determinante na capacitação dos agentes para o uso seguro e eficaz de equipamentos não letais. Souza e Silva (2024) analisam a formação na PMGO, observando que o treinamento em equipamentos não letais frequentemente se limita a instruções teóricas, com insuficiência de práticas simuladas que reproduzam cenários operacionais. Essa lacuna compromete a preparação dos alunos, que podem enfrentar dificuldades em aplicar as tecnologias em situações reais de policiamento ostensivo. Siloto (2021) complementa, ao estudar a Polícia Militar do Paraná, que a habilitação em munições de impacto controlado exige treinamentos práticos intensivos, incluindo simulações de resistência ativa e controle de multidões.

A estrutura do treinamento é um fator crítico para a eficácia da formação. Barros, Oliveira e Souza (2023) apontam que, no Rio Grande do Norte, a ausência de simulações realistas limita a capacidade dos policiais de avaliar a proporcionalidade em intervenções. Na PMGO, Silva e Vilarinho (2018) discutem os impactos da matriz curricular do Curso de Formação de Praças, observando que a integração da pós-graduação em Polícia e Segurança Pública ampliou o foco em direitos humanos, mas ainda carece de ênfase em práticas não letais.

A comparação com outras corporações revela práticas que poderiam ser adaptadas. Tschumi e Zanato (2025) descrevem treinamentos baseados em cenários de crise, que ensinam os policiais a avaliar riscos e selecionar o equipamento adequado, uma abordagem que poderia fortalecer a formação na CAPM.

As lacunas no treinamento frequentemente decorrem da priorização de aspectos técnicos em detrimento de competências contextuais. Neto et al. (2023) argumentam que a

formação deve abordar não apenas o manuseio dos equipamentos, mas também os princípios de proporcionalidade e os limites éticos de sua aplicação. Na PMGO, Brandão Filho e Jesus (2024) observam que os alunos recebem instruções sobre o uso de tasers, mas carecem de orientações detalhadas sobre a tomada de decisão em situações de alta pressão. Essa deficiência é corroborada por Silva e Sandes (2023), que destacam a necessidade de treinamentos que simulem conflitos urbanos, permitindo aos alunos praticar a progressão da força em cenários realistas.

A literatura também aponta a importância de normativas institucionais na formação. Bustamante (2022) sugere que diretrizes claras, como as do uso diferenciado da força, são essenciais para orientar o treinamento. Na PMGO, normativas analisadas por Souza e Silva (2024) estabelecem protocolos para o uso de equipamentos não letais, mas sua incorporação ao currículo é inconsistente, resultando em lacunas na compreensão dos alunos. Santos e Correia (2022) destacam que, no Amazonas, a formação inclui treinamentos regulares baseados em normativas, o que aumenta a confiança dos policiais na aplicação das tecnologias. Essa prática poderia ser adaptada pela PMGO para fortalecer a preparação dos alunos.

Os desafios da formação incluem a falta de integração entre teoria e prática, a insuficiência de simulações e a limitada abordagem de princípios éticos. Weinfartner e De Meira (2022) alertam que a ausência de treinamentos que enfatizem os limites do poder de polícia pode levar a abusos, como o uso desproporcional de tasers.

Junior, De Souza e Riani (2008) reforçam que a capacitação deve ser contínua, com reciclagens periódicas para atualizar os policiais sobre novas tecnologias e normativas. A análise comparativa revela que corporações como a do Paraná (Siloto, 2021) e as descritas por Tschumi e Zanato (2025) investem em treinamentos práticos e contextualizados, oferecendo lições para a PMGO.

A formação policial, portanto, deve equilibrar o ensino técnico com a preparação ética e contextual. A literatura indica a necessidade de treinamentos que combinem simulações realistas, normativas claras e ênfase em direitos humanos, mas diverge quanto à implementação prática, que varia conforme os recursos e prioridades institucionais. A análise dessas questões é essencial para identificar lacunas na formação da CAPM e propor melhorias que fortaleçam o uso de equipamentos não letais no policiamento ostensivo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório, visando avaliar o nível de preparo dos alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM)

para o uso de equipamentos não letais em ações de policiamento ostensivo. A metodologia combina análise documental e pesquisa de campo, permitindo a coleta de dados detalhados sobre os conteúdos, métodos e percepções do treinamento. Esta seção descreve os procedimentos, instrumentos e técnicas empregados, garantindo a reprodutibilidade do estudo.

A análise documental envolve o exame de materiais didáticos, planos de aula e normativas institucionais da PMGO relacionados ao treinamento em equipamentos não letais. Os documentos serão selecionados com base em três critérios: relevância para os objetivos da pesquisa, atualidade (priorizando publicações dos últimos cinco anos) e acesso autorizado pelo CAPM. O objetivo é mapear os conteúdos e métodos de ensino, identificando a abordagem de equipamentos como tasers, sprays de pimenta e granadas de efeito moral, bem como as diretrizes sobre proporcionalidade e direitos humanos. A análise comparativa dos documentos permitirá confrontar as práticas da PMGO com as descritas na literatura especializada.

A pesquisa de campo consistirá na aplicação de questionários estruturados com 10 perguntas fechadas de múltipla escolha, disponibilizados aos alunos em formação no Curso de Formação de Praças do CAPM. A população-alvo compreende os alunos matriculados no curso, e a amostra será selecionada de forma intencional, representando aproximadamente 20% dos estudantes, garantindo diversidade em termos de tempo de formação. Os questionários visam captar percepções sobre a qualidade do treinamento, a adequação para situações reais e as lacunas percebidas.

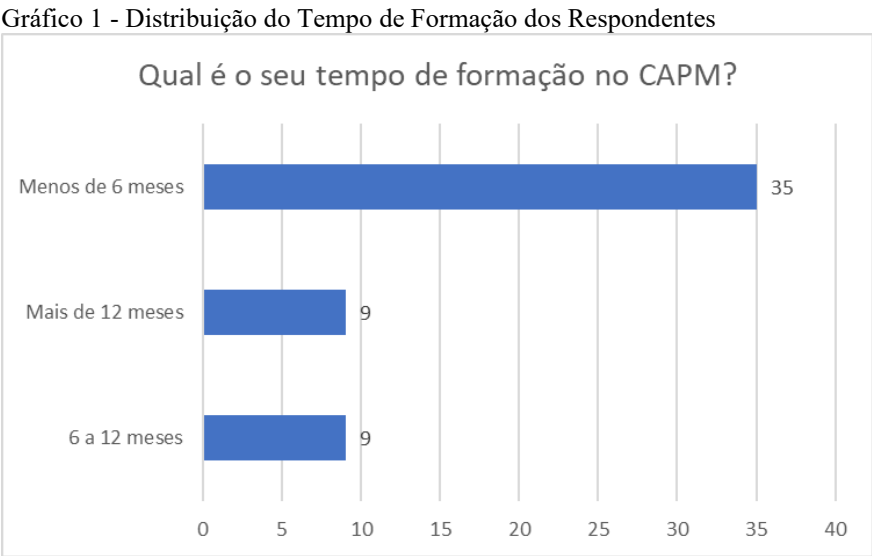
O questionário, anexado como Apêndice B, contém perguntas organizadas em quatro seções: dados gerais, conteúdos do treinamento, adequação do treinamento e lacunas percebidas. As questões foram elaboradas para garantir clareza e objetividade, com tempo estimado de preenchimento de 10 a 15 minutos. O Termo de Consentimento, anexado como Apêndice A, assegura o cumprimento de princípios éticos, incluindo anonimato, confidencialidade e voluntariedade.

A análise dos dados envolverá a tabulação das respostas dos questionários para identificar padrões nas percepções dos alunos. Os resultados serão comparados com os achados da análise documental, permitindo a identificação de pontos fortes e fragilidades no processo formativo. A triangulação dos dados documentais e das respostas dos questionários garantirá a robustez dos resultados, respondendo aos objetivos da pesquisa.

Os cuidados éticos incluem a obtenção de autorização institucional via SEI e a coleta do Termo de Consentimento de todos os respondentes. Os dados serão armazenados de forma segura, com acesso restrito ao pesquisador, e os resultados apresentados de maneira agregada, preservando a identidade dos participantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos da aplicação do questionário a 53 alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás revelam padrões no preparo para o emprego de equipamentos não letais no policiamento ostensivo. O Gráfico 1 ilustra a distribuição do tempo de formação declarada pelos respondentes.

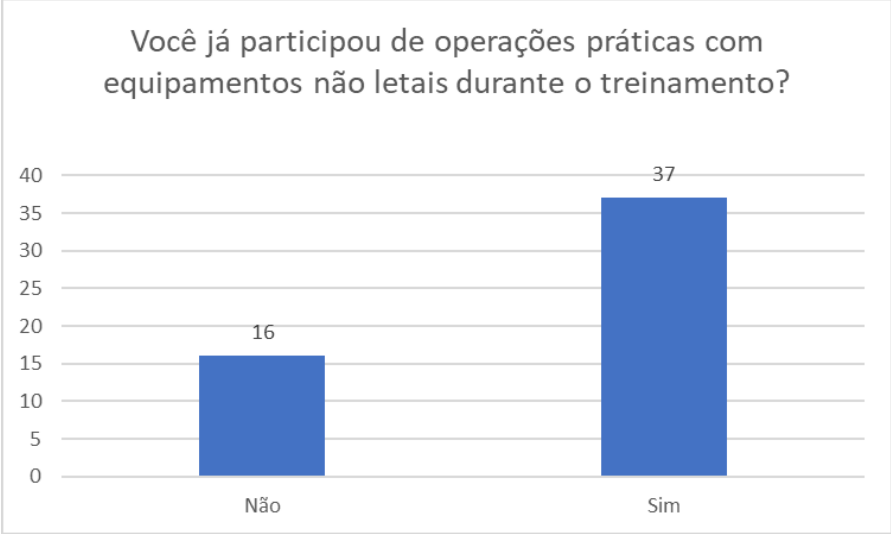


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 1 demonstra que 66% dos respondentes (35 indivíduos) possuem menos de 6 meses de formação, enquanto 17% (9 indivíduos) relatam entre 6 e 12 meses e outros 17% (9 indivíduos) indicam mais de 12 meses. Essa composição reflete uma predominância de alunos em fase inicial de capacitação, o que se alinha com observações de Souza e Silva (2024) sobre a ênfase em treinamentos iniciais para o desenvolvimento de competências operacionais na Polícia Militar de Goiás. A concentração em períodos curtos de formação aponta para a relevância de avaliar a retenção de conhecimentos teóricos e práticos, conforme destacado por Barros et al. (2023) em análises de batalhões de choque, onde a experiência limitada eleva a dependência de protocolos claros para o uso de equipamentos não letais.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição das respostas quanto à participação em operações práticas.

Gráfico 2 - Participação em Operações Práticas com Equipamentos Não Letais

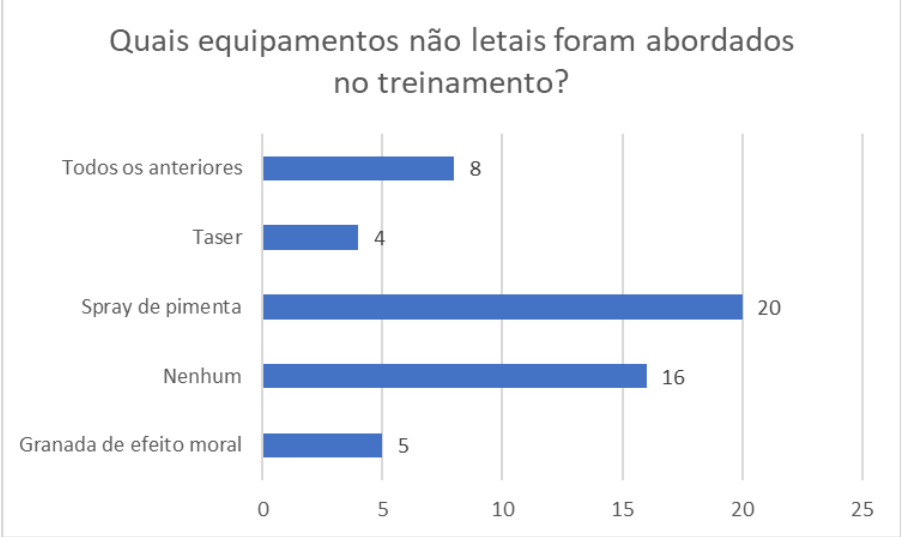


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 2 revela que 70% dos respondentes (37 indivíduos) afirmam ter participado de operações práticas, ao passo que 30% (16 indivíduos) negam tal experiência. Essa divisão sugere uma exposição irregular ao treinamento aplicado, ecoando achados de Bustamante (2022) sobre a variação na implementação de práticas operacionais em corporações policiais, o que compromete a uniformidade na aplicação de força diferenciada. Na Polícia Militar de Goiás, conforme analisado por Silva e Vilarinho (2018), a ausência de participação prática em parcela significativa dos alunos pode limitar a internalização de procedimentos para o controle de conflitos, demandando ajustes curriculares para garantir equidade na formação.

O Gráfico 3 exibe a distribuição dos equipamentos não letais mencionados pelos respondentes.

Gráfico 3 - Equipamentos Não Letais Abordados no Treinamento



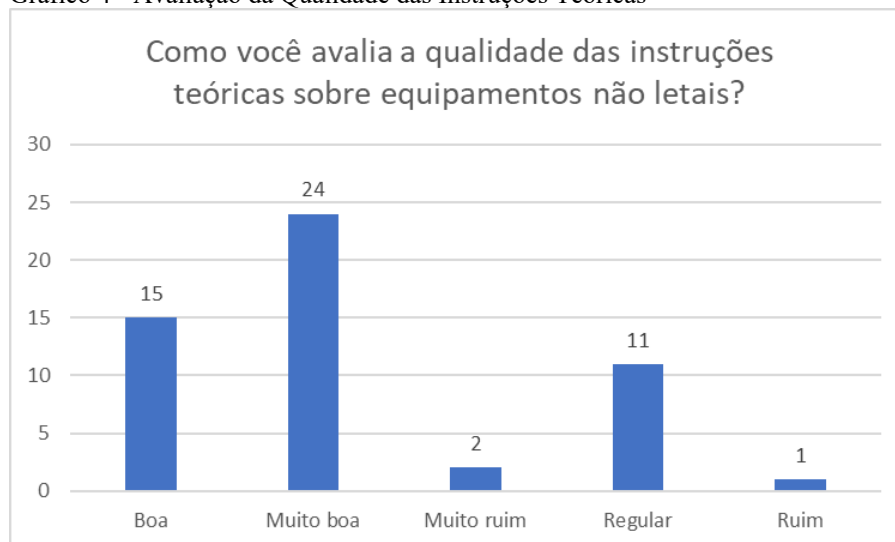
Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 3 indica que o spray de pimenta foi o equipamento mais abordado, com 38% das respostas (20 indivíduos), seguido por "nenhum" com 30% (16 indivíduos), "todos os anteriores" com 15% (8 indivíduos), granada de efeito moral com 9% (5 indivíduos) e taser com 8% (4 indivíduos). Essa priorização do spray de pimenta corrobora evidências de Santos e Correia (2022) sobre sua adoção em cenários urbanos na Polícia Militar do Amazonas, devido à simplicidade e eficácia em intervenções de baixa intensidade.

Contudo, a expressiva proporção de respondentes que relatam ausência de abordagem a qualquer equipamento reforça críticas de Neto et al. (2023) à fragmentação nos currículos de formação, o que pode prejudicar a versatilidade operacional e o alinhamento com princípios de proporcionalidade estabelecidos na Lei nº 13.060/2014.

O Gráfico 4 delinea a avaliação das instruções teóricas sobre equipamentos não letais e mostra que 45% dos respondentes (24 indivíduos) classificam as instruções como "muito boa", 28% (15 indivíduos) como "boa", 21% (11 indivíduos) como "regular", 4% (2 indivíduos) como "muito ruim" e 2% (1 indivíduo) como "ruim". Predominam avaliações favoráveis, o que se relaciona com observações de Siloto (2021) sobre a solidez teórica em treinamentos para munições de impacto controlado na Polícia Militar do Paraná.

Gráfico 4 - Avaliação da Qualidade das Instruções Teóricas

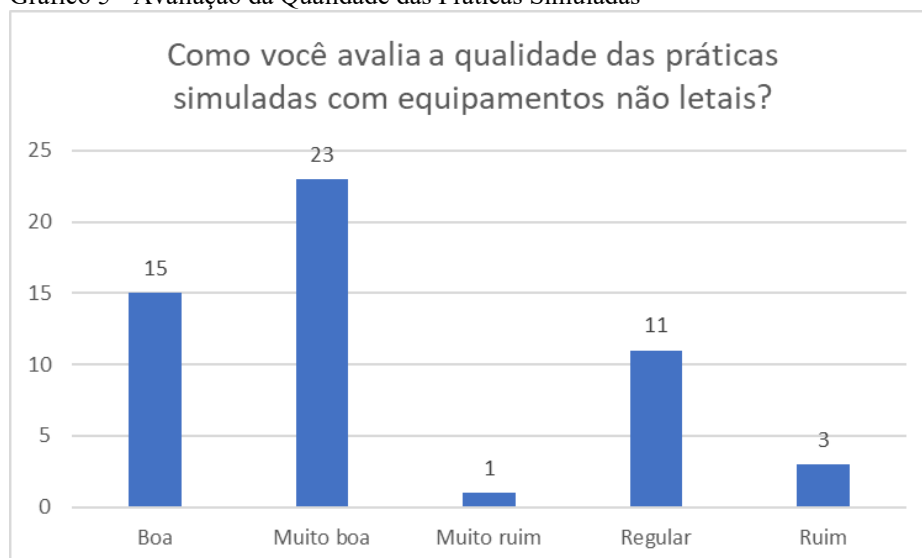


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

No contexto da Academia de Polícia Militar de Goiás, conforme Souza e Silva (2024), essa percepção positiva pode mascarar deficiências na articulação entre teoria e normativas de direitos humanos, exigindo refinamentos para aprimorar a compreensão de contextos operacionais complexos.

O Gráfico 5 retrata a avaliação das práticas simuladas com equipamentos não letais.

Gráfico 5 - Avaliação da Qualidade das Práticas Simuladas



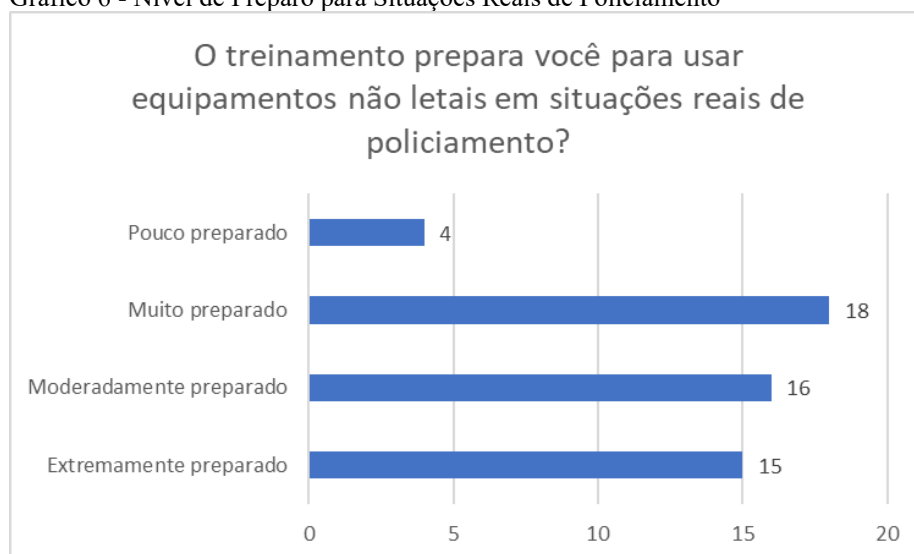
Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 5 evidencia que 43% dos respondentes (23 indivíduos) consideram as práticas "muito boa", 28% (15 indivíduos) "boa", 21% (11 indivíduos) "regular", 6% (3 indivíduos) "ruim" e 2% (1 indivíduo) "muito ruim". As respostas majoritariamente afirmativas dialogam com análises de Barros et al. (2023) sobre a contribuição de simulações para a redução de letalidade em operações de choque.

Entretanto, a presença de avaliações neutras e negativas, conforme destacado por Weinfartner e De Meira (2022), sinaliza riscos de abuso de autoridade decorrentes de simulações inadequadas, o que na Polícia Militar de Goiás demanda maior investimento em cenários realistas para fortalecer a aplicação ética de equipamentos não letais.

O Gráfico 6 ilustra o nível de preparo percebido para o uso de equipamentos não letais em situações reais e aponta que 34% dos respondentes (18 indivíduos) se sentem "muito preparado", 30% (16 indivíduos) "moderadamente preparado", 28% (15 indivíduos) "extremamente preparado" e 8% (4 indivíduos) "pouco preparado". O elevado grau de confiança percebida contrasta com evidências de Junior et al. (2008) sobre a relação entre tecnologia não letal e eficiência policial, onde o subpreparo em cenários reais compromete direitos humanos. Na formação da Academia de Polícia Militar de Goiás, conforme Brandão Filho e Jesus (2024), esses dados sugerem a necessidade de avaliações longitudinais para validar o preparo em contextos de resistência ativa.

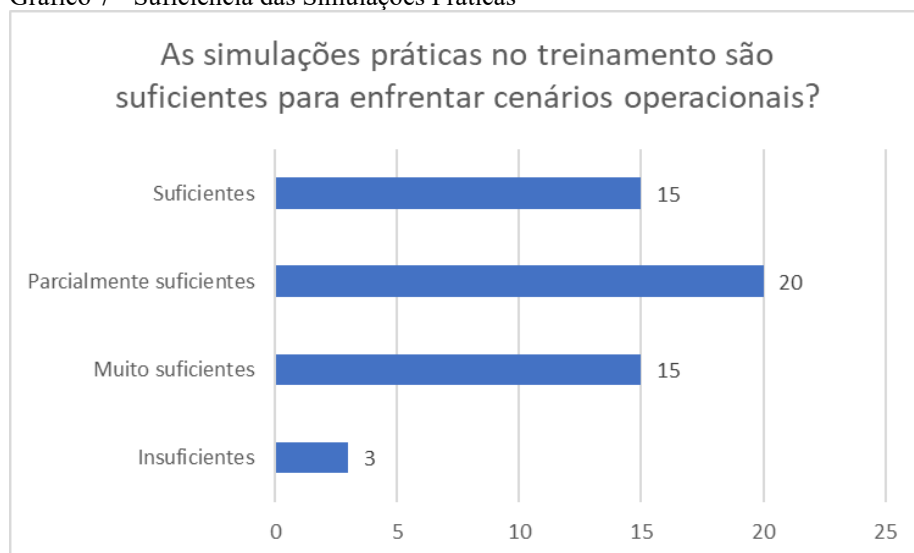
Gráfico 6 - Nível de Preparo para Situações Reais de Policiamento



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 7 apresenta a suficiência das simulações práticas para cenários operacionais e demonstra que 38% dos respondentes (20 indivíduos) veem as simulações como "parcialmente suficientes", 28% (15 indivíduos) como "suficientes", 28% (15 indivíduos) como "muito suficientes" e 6% (3 indivíduos) como "insuficientes".

Gráfico 7 - Suficiência das Simulações Práticas

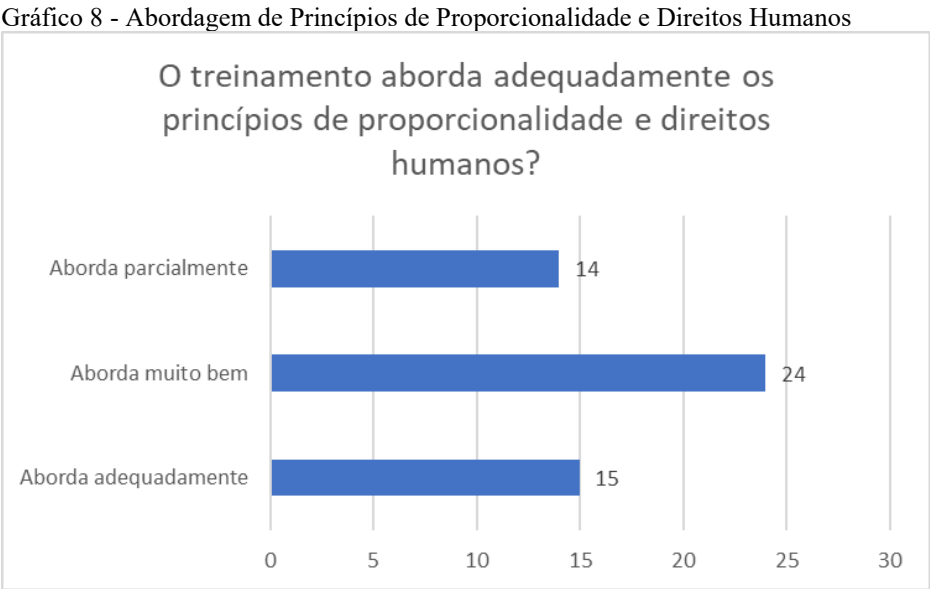


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Essa distribuição reflete limitações identificadas por Tschumi e Zanato (2025) no gerenciamento de crises com técnicas não letais, onde simulações parciais reduzem a eficácia em intervenções. Para a Polícia Militar de Goiás, conforme Silva e Sandes (2023), os resultados

indicam a pertinência de expandir simulações para abranger progressão da força em conflitos urbanos.

O Gráfico 8 delinea a abordagem dos princípios de proporcionalidade e direitos humanos no treinamento.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 8 revela que 45% dos respondentes (24 indivíduos) classificam a abordagem como "aborda muito bem", 28% (15 indivíduos) como "aborda adequadamente" e 26% (14 indivíduos) como "aborda parcialmente". As respostas predominantes positivas se conectam com discussões de Bustamante (2022) sobre o uso diferenciado da força alinhado a tratados internacionais. Contudo, a parcela de abordagem parcial, conforme Weinfartner e De Meira (2022), expõe vulnerabilidades nos limites do poder de polícia, o que na formação goiana requer maior integração desses princípios para prevenir desproporcionalidades.

A Tabela 1 resume as principais dificuldades identificadas no uso de equipamentos não letais com base no treinamento.

Tabela 1 - Principais Dificuldades no Uso de Equipamentos Não Letais

Dificuldade	Quantidade	Percentual
Falta de prática simulada	22	42%
Normativas pouco claras	20	38%
Instruções teóricas insuficientes	8	15%
Equipamentos inadequados	3	6%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 1 destaca a falta de prática simulada como a dificuldade mais citada, com 42% das respostas (22 indivíduos), seguida por normativas pouco claras com 38% (20 indivíduos). Essa configuração se relaciona com análises de Barros et al. (2023) sobre instrumentos de menor potencial ofensivo, onde a ambiguidade normativa eleva riscos em batalhões de choque. Na Polícia Militar de Goiás, conforme Souza e Silva (2024), tais dificuldades apontam para a urgência de clarificar protocolos e intensificar práticas para otimizar o emprego de equipamentos não letais.

A Tabela 2 lista os aspectos do treinamento priorizados para melhoria.

Tabela 2 - Aspectos do Treinamento que Necessitam de Maior Melhoria

Aspecto	Quantidade	Percentual
Práticas simuladas	23	43%
Disponibilidade de equipamentos	17	32%
Conteúdo teórico	9	17%
Normativas e diretrizes	4	8%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 2 indica que as práticas simuladas recebem prioridade com 43% das respostas (23 indivíduos), seguidas pela disponibilidade de equipamentos com 32% (17 indivíduos). Essa ênfase corrobora evidências de Siloto (2021) sobre a habilitação em instrumentos de menor potencial ofensivo, onde a escassez de equipamentos compromete a atuação. Para a Academia de Polícia Militar de Goiás, conforme Tschumi e Zanato (2025), os dados orientam investimentos em simulações e logística para elevar a preparação em gerenciamento de crises.

Os resultados agregados evidenciam forças na percepção teórica e lacunas práticas no treinamento para equipamentos não letais, com comparações à literatura de Barros et al. (2023) e Souza e Silva (2024) revelando padrões sistêmicos na capacitação policial brasileira. As implicações abrangem a reformulação de protocolos institucionais para incorporar simulações avançadas e normativas precisas, alinhando a formação à preservação de direitos humanos e à eficiência no policiamento ostensivo.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa demonstra que o preparo dos alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás para o emprego de equipamentos não letais no policiamento ostensivo apresenta avanços na dimensão teórica, com avaliações favoráveis às instruções conceituais e à abordagem de princípios de proporcionalidade e direitos humanos, mas revela deficiências na integração prática.

A análise dos dados, oriunda de questionários aplicados a 53 respondentes, evidencia que a maioria dos alunos, concentrada em fases iniciais de capacitação, relata exposição irregular a simulações operacionais e prioriza o spray de pimenta entre os equipamentos abordados, enquanto identifica a ausência de práticas simuladas e a clareza insuficiente de normativas como obstáculos principais à aplicação eficaz. Essas constatações corroboram a literatura examinada, que enfatiza a dependência da formação de protocolos padronizados e treinamentos contextualizados para mitigar riscos de intervenções desproporcionais e alinhar a atuação policial às exigências operacionais.

As implicações institucionais sugerem a reformulação da matriz curricular do Curso de Formação de Praças, com incorporação de simulações realistas baseadas em cenários de conflitos urbanos e reciclagens periódicas para atualizar os agentes sobre tecnologias e diretrizes. Tal aprimoramento contribui para a consolidação de práticas policiais que equilibrem a manutenção da ordem pública com a preservação da integridade física, fortalecendo a legitimidade da Polícia Militar de Goiás perante a sociedade.

REFERÊNCIAS

BARROS, Thales Eduardo; OLIVEIRA, Hilderline Câmara; SOUZA, Maria de Fátima. Instrumentos de menor potencial ofensivo: utilização, importância e tipos disponíveis no batalhão de polícia de choque da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. **O Alferes**, v. 33, n. 83, 2023.

BRANDÃO FILHO, Francisco Carlos Aquino; JESUS, Everton Fernando Cavalcante de. **Aplicação Do Uso Da Força Para Minimizar Risco Iminente Ao Ato De Resistência Do Suspeito A Aproximação Do Policial Militar**: Estudo No Município De Águas Lindas. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2024.

BUSTAMANTE, Rodrigo Macedo. Instrumentos de menor potencial ofensivo e uso diferenciado da força no desempenho do poder de polícia. **Avante: Revista Acadêmica da Polícia de Minas Gerais**, v. 1, n. 3, 2022.

JUNIOR, Irio Doria; DE SOUZA, Marcelo Tavares; RIANI, Marsuel Botelho. A Eficiência Policial e sua Relação com a Tecnologia: Direitos Humanos e o Uso de Equipamentos Não-letais. **PRELEÇÃO**, 2008.

NETO, Marmud Al Massri et al. Taser: Uso de armas não-letais na segurança pública. **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, v. 10, n. 1, p. 91-109, 2023.

SANTOS, Ailton Luiz dos Santos Ailton; CORREIA, Madson dos Santos. Necessidade do uso de armas menos letais pela polícia militar do Amazonas (PMAM). **Nova Hileia| Revista Eletrônica de Direito Ambiental da Amazônia**. ISSN: 2525-4537, v. 9, n. 2, 2022.

SILOTO, Paulo Renato Aparecido. A importância da habilitação do militar estadual da PMPR em instrumento de menor potencial ofensivo (IMPO)–munição de impacto controlado (MIC) para a atuação policial militar. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 10, p. 96017-96031, 2021.

SILVA, Ivan Carlos Almeida da; SANDES, Wilquerson Felizardo. **Análise Do Uso Seletivo Da Força No Atendimento Policial Militar**: Um Estudo Do Uso Progressivo Da Força Em Conflitos Urbanos. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2023.

SILVA, Welker Patrick; VILARINHO, Tatiane Ferreira. Os impactos causados na matriz curricular do CFP com o reconhecimento da pós-graduação em Polícia e Segurança Pública. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 11, n. 1, 2018.

SOUZA, Jefferson Rodrigues de; SILVA, Ivan Lucio da. **Análise da utilização de armas não letais em conflitos**: percepções e eficácia na formação policial na academia da Polícia Militar de Goiás. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2024.

TSCHUMI, Raphael; ZANATO, Felipe. Análise da alternativa tática técnicas não letais no gerenciamento de crises. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 6, n. 1, p. e616198-e616198, 2025.

WEINFORTNER, Alexandre José; DE MEIRA, Aline Fátima. Os limites do poder de Polícia do Estado versus o abuso de autoridade na aplicação de meios não letais pela Polícia Militar. **Cadernos Acadêmicos Unina**, v. 2, n. 1, 2022.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada "Uso de Equipamentos Não Letais no Policiamento Ostensivo: Uma Análise da Preparação de Alunos em Formação na Academia", conduzida por Murilo Gesser Isaac, no âmbito da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar - CAPM.

Objetivo da Pesquisa: O estudo busca avaliar o nível de preparo dos alunos em formação para o uso de equipamentos não letais em ações de policiamento ostensivo, considerando as exigências operacionais e os princípios de proporcionalidade e direitos humanos.

Procedimentos: Sua participação envolve o preenchimento de um questionário estruturado com 10 perguntas de múltipla escolha, com duração estimada de 10 a 15 minutos. As perguntas abordam sua percepção sobre a qualidade e aplicabilidade do treinamento recebido.

Riscos e Benefícios: Não há riscos diretos associados à participação. Os possíveis benefícios incluem a geração de conhecimentos que contribuam para o aprimoramento da formação policial, promovendo operações mais seguras e éticas.

Voluntariedade e Confidencialidade: A participação é voluntária, e você pode desistir a qualquer momento sem prejuízos. Todas as informações fornecidas serão tratadas com anonimato e confidencialidade, sendo utilizadas apenas para fins acadêmicos. Os dados serão armazenados de forma segura, com acesso restrito ao pesquisador.

Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa, e concordo em participar de forma voluntária, ciente de que posso desistir a qualquer momento.

() Concordo em participar da pesquisa:

() Não concordo

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO

1. Qual é o seu tempo de formação no CAPM?
☐ Menos de 6 meses
☐ 6 a 12 meses
☐ Mais de 12 meses
2. Você já participou de operações práticas com equipamentos não letais durante o treinamento?
☐ Sim
☐ Não
3. Quais equipamentos não letais foram abordados no treinamento?
☐ Taser
☐ Spray de pimenta
☐ Granada de efeito moral
☐ Todos os anteriores
☐ Nenhum
4. Como você avalia a qualidade das instruções teóricas sobre equipamentos não letais?
☐ Muito ruim
☐ Ruim
☐ Regular
☐ Boa
☐ Muito boa
5. Como você avalia a qualidade das práticas simuladas com equipamentos não letais?
☐ Muito ruim
☐ Ruim
☐ Regular
☐ Boa
☐ Muito boa
6. O treinamento prepara você para usar equipamentos não letais em situações reais de policiamento?
☐ Nada preparado
☐ Pouco preparado

☐ Moderadamente preparado

☐ Muito preparado

☐ Extremamente preparado

7. As simulações práticas no treinamento são suficientes para enfrentar cenários operacionais?

☐ Insuficientes

☐ Parcialmente suficientes

☐ Suficientes

☐ Muito suficientes

8. O treinamento aborda adequadamente os princípios de proporcionalidade e direitos humanos?

☐ Não aborda

☐ Aborda parcialmente

☐ Aborda adequadamente

☐ Aborda muito bem

9. Qual é a principal dificuldade no uso de equipamentos não letais, com base no treinamento recebido?

☐ Falta de prática simulada

☐ Instruções teóricas insuficientes

☐ Equipamentos inadequados

☐ Normativas pouco claras

10. Qual aspecto do treinamento precisa de maior melhoria?

☐ Conteúdo teórico

☐ Práticas simuladas

☐ Normativas e diretrizes

☐ Disponibilidade de equipamentos